



34 CORREIO BRAZILIENSE • Brasília, domingo, 27 de setembro de 2026

Proteção que vai além da lei

Trinta e seis anos após implementação do ECA, especialistas apontam que o desafio não é criar mais leis, mas garantir que a proteção prevista chegue, de fato, a cada criança e adolescente

GIOVANNA KUNZ

Criado em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) representou uma mudança na forma como a infância e a adolescência são compreendidas e protegidas no Brasil. Ao reconhecer meninos e meninas como sujeitos de direitos e estabelecer a chamada prioridade absoluta, o estatuto passou a responsabilizar família, sociedade e Estado pela garantia de uma vida digna e segura. Mais de três décadas depois, porém, o desafio ainda está em transformar o que está previsto na legislação em proteção efetiva no cotidiano.

Para Luiza Teixeira, especialista em Proteção Contra Violências do Unicef no Brasil, um dos principais avanços do ECA foi justamente romper com a visão anterior, estabelecida pelo Código de Menores, que tratava crianças e adolescentes a partir da chamada situação irregular.

“O Estatuto da Criança e do Adolescente vem muito alinhado com a Convenção da ONU sobre os direitos da infância, trazer essa nova perspectiva de que crianças e adolescentes têm direitos e precisam ser protegidos com prioridade absoluta e que isso é responsabilidade de todos”, explica.

Para a especialista, entretanto, ainda existe um obstáculo cultural para a efetivação desses direitos. Mesmo após 36 anos da

“Não é papel da escola investigar, mas quando chega uma situação de violência a seu conhecimento, ou mesmo quando há uma suspeita, a escola precisa estar preparada para saber o que fazer”

Luiza Teixeira,
especialista em Proteção Contra Violências do Unicef no Brasil

criação do ECA, parte da sociedade ainda não reconhece crianças e adolescentes como pessoas com direitos próprios.

“Já passou da hora de a gente começar a enxergar crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, e direitos que precisam ter suas necessidades, suas vozes ouvidas e consideradas em toda decisão que impacte a vida deles. Direta ou indiretamente”, afirma Luiza.

Outro desafio está na articulação entre os diferentes setores responsáveis pela proteção. Saúde, educação, assistência social,

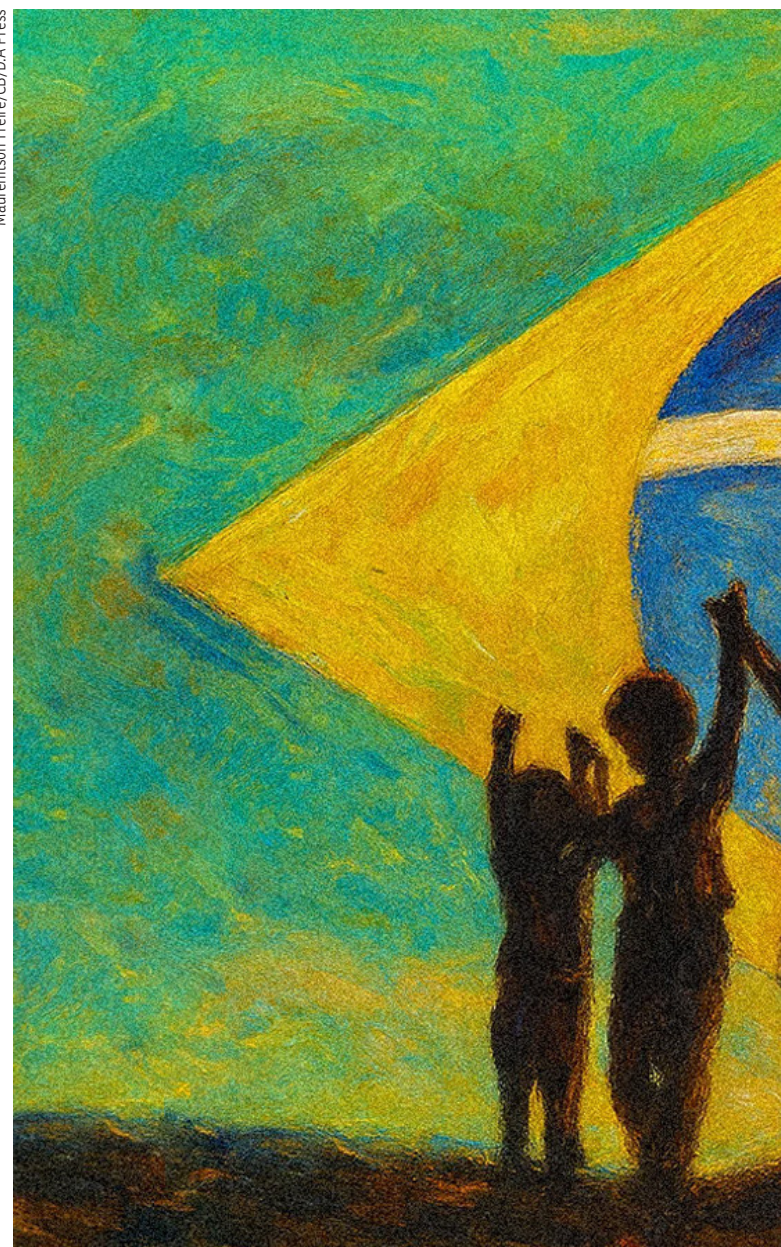
conselhos tutelares, sistema de Justiça e Segurança Pública fazem parte do sistema de garantia de direitos, mas, segundo o Unicef, nem sempre atuam de maneira integrada ou com recursos suficientes.

A violência contra crianças e adolescentes também permanece entre as principais preocupações. Para Luiza, apesar dos avanços na legislação, os diferentes tipos de violência ainda são naturalizados e continuam atingindo meninos e meninas.

Nesse cenário, a escola ocupa uma posição estratégica. É no ambiente escolar que professores e outros profissionais podem perceber mudanças de comportamento, identificar possíveis situações de violência e acolher estudantes que estejam passando por algum tipo de violação. Mas a responsabilidade não deve recair apenas sobre a instituição de ensino.

“A legislação brasileira já instituiu que é responsabilidade de todos garantir os direitos de crianças e adolescentes com prioridade absoluta e tendo sempre em vista o melhor interesse de meninos e meninas. Então, a gente precisa ver que essa responsabilidade é compartilhada e que, portanto, a prevenção e a resposta às violências precisa vir de forma articulada entre todos esses atores”, destaca Luiza.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Dever compartilhado

No Colégio Marista João Paulo II, o professor Eurípedes Nunes Braga também considera que não existe uma divisão rígida entre as responsabilidades da família e da escola. Para ele, a proteção é um dever compartilhado, enquanto cada um exerce funções específicas no desenvolvimento da criança e do adolescente.

“A escola exerce papel central na efetivação do direito à educação, assegurando não apenas o acesso e a permanência do estudante, como prevê o ECA, mas também um ambiente de respeito, escuta e desenvolvimento integral”, afirma.

Segundo Eurípedes, a família é responsável pelo cuidado cotidiano, pela formação de valores e pelo acompanhamento afetivo, enquanto a escola atua principalmente nos campos pedagógico e relacional, promovendo educação para a cidadania e respeito mútuo.

A prevenção também passa pelo uso consciente das tecnologias. O Marista afirma utilizar plataformas digitais pedagógicas, fóruns de discussão e ferramentas como o Teams para acompanhar a comunicação entre os estudantes. Campanhas locais e nacionais, propostas pedagógicas em sala de aula e ações de escuta ativa também fazem parte do trabalho. “Trazendo, assim,